

MENSAGEM N° 123

Senhores Membros do Senado Federal,

Nos termos do art. 52, inciso IV, da Constituição, e do art. 39, combinado com o art. 41, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossas Excelências a indicação do Senhor **CHRISTIAN VARGAS**, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República de Cuba.

As informações relativas à qualificação profissional do Senhor **CHRISTIAN VARGAS** seguem anexas, conforme documentos apresentados pelo Ministério das Relações Exteriores.

Brasília, 31 de março de 2023.

EM nº 00048/2023 MRE

Brasília, 22 de Março de 2023

Senhor Presidente da República,

Em conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o disposto no art. 39, combinado com o art. 41, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto o nome de **CHRISTIAN VARGAS**, ministro de primeira classe da carreira de diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de embaixador do Brasil junto à República de Cuba, por período não superior a 5 (cinco) anos consecutivos.

2. Encaminho, anexas, informações sobre o país e curriculum vitae de **CHRISTIAN VARGAS** para inclusão em Mensagem que solicito ser apresentada ao Senado Federal para exame por parte de seus ilustres membros.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Mauro Luiz Iecker Vieira



Presidência da República
Casa Civil

OFÍCIO N° 136/2023/CC/PR

Brasília, na data da assinatura digital.

A Sua Excelência o Senhor
Senador ROGÉRIO CARVALHO SANTOS
Primeiro Secretário
Senado Federal Bloco 2 – 2º Pavimento
70165-900 Brasília/DF

Assunto: Indicação de autoridade.

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho Mensagem na qual o Senhor Presidente da República submete à consideração dessa Casa o nome do Senhor CHRISTIAN VARGAS, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República de Cuba.

Atenciosamente,

RUI COSTA
Ministro de Estado da Casa Civil
da Presidência da República



Documento assinado eletronicamente por **Rui Costa dos Santos, Ministro de Estado da Casa Civil da Presidência da República**, em 04/04/2023, às 20:52, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade do documento pode ser conferida informando o código verificador **4101189** e o código CRC **DD223FCC** no site:
[https://super.presidencia.gov.br/controlador_externo.php?
acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0](https://super.presidencia.gov.br/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)

Referência: Caso responda este Ofício, indicar expressamente o Processo nº 00001.002900/2023-86

SUPER nº 4101189

Palácio do Planalto - 4º andar - Sala: 426

Telefone: 61-3411-1121

CEP 70150-900 Brasília/DF - <https://www.gov.br/planalto/pt-br>

INFORMAÇÃO

CURRICULUM VITAE

MINISTRO DE PRIMEIRA CLASSE CHRISTIAN VARGAS

CPF.: 476.171.360-72

ID.: 10827 MRE

1967 Filho de José Miguel Brutto Vargas e Maria Denise Vargas, nasce em 16 de dezembro, em Porto Alegre, RS

Dados Acadêmicos:

1990 Bacharelado em Letras (Português, Inglês e Francês), Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul
1995 Curso de Preparação à Carreira Diplomática - IBr
1998 Curso de especialização em American Foreign Policy e Western European Politics, Harvard University
2000 Curso de especialização em Integração Européia, Collège d'Europe
2003 Curso de Aperfeiçoamento de Diplomatas (2003)
2012 Curso de Altos Estudos, Tese ("com louvor"): "As Relações Econômicas e Comerciais Brasil-Argentina no Século XXI".

Cargos:

1995 Terceiro-secretário
1999 Segundo-secretário
2005 Primeiro-secretário, por merecimento
2007 Conselheiro, por merecimento
2012 Ministro de segunda classe, por merecimento
2021 Ministro de primeira classe, por merecimento

Funções:

1995-96 Departamento de Meio Ambiente e Temas Especiais, assessor
1996-98 Divisão de Mar, Antártida e Espaço Exterior, assistente
1998-99 Departamento de Temas Especiais, assessor
1999-02 Missão junto às Comunidades Européias em Bruxelas, Terceiro e Segundo-Secretário
2002-04 Embaixada em Montevidéu, Segundo-Secretário
2004-07 Assessoria Internacional da Presidência da República, assessor
2007-09 Embaixada em Buenos Aires, Primeiro-Secretário e Conselheiro
2009-11 Embaixada em Paris, Conselheiro
2011-13 Divisão de Coordenação Econômica e Comercial do Mercosul, chefe
2013-15 Gabinete do Ministro de Estado das Relações Exteriores
2015-18 Embaixada em Washington, Ministro-Conselheiro (2015-2018)
2018-20 Embaixada em Moscou, Ministro-Conselheiro
2020-22 Assessoria Internacional do Ministério de Minas e Energia, chefe
2022-23 Coordenação-Geral da Organização dos Estados Americanos-CGOEA, coordenador-geral
2023- Departamento de Integração Regional-DEIR, diretor

Condecorações:

1995 Prêmio Lafayette de Carvalho e Silva, Medalha de Prata - primeiro lugar no vestibular para o IBr
1995 Prêmio Rio Branco, Medalha de Vermeil - primeiro lugar no Curso de Preparação à Carreira Diplomática
2011 Medalha do Pacificador, Exército Brasileiro
2017 Medalha do Mérito Tamandaré, Marinha do Brasil
2017 Ordem do Mérito da Defesa, comendador, Ministério da Defesa

2018 Medalha Exército Brasileiro, Exército Brasileiro
2019 Medalha do Mérito Santos Dumont, Força Aérea Brasileira
2021 Ordem do Mérito Naval, comendador, Marinha do Brasil

FERNANDO PERDIGÃO
Chefe da Divisão do Pessoal

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

REPÚBLICA DE CUBA



**INFORMAÇÃO OSTENSIVA
MARÇO DE 2023**

MAPA



ÍNDICE

DADOS BÁSICOS.....	4
PERFIS BIOGRÁFICOS	5
POLÍTICA INTERNA.....	6
POLÍTICA EXTERNA.....	8
Estados Unidos	9
Rússia.....	11
China.....	12
União Europeia	13
Espanha	13
Canadá	14
América Latina e Caribe	14
Cuba e o sistema interamericano	15
Política multilateral	15
ECONOMIA E COMÉRCIO EXTERIOR	17
RELAÇÕES BRASIL-CUBA.....	21
Grupo Parlamentar de Amizade Brasil-Cuba	24
Programa Mais Médicos	24
Cooperação Técnica.....	25
Cooperação em pesquisa e produção de medicamentos	26
Comércio bilateral.....	27
Comércio Brasil-Cuba 2012-2022 (US\$ milhões, FOB).....	29
Investimentos	29
Zona Especial de Desenvolvimento de Mariel - ZEDM.....	29
Dívida de Cuba em atraso	30
CRONOLOGIA DAS RELAÇÕES BILATERAIS	31
ACORDOS BILATERAIS	32

DADOS BÁSICOS

NOME OFICIAL	República de Cuba
CAPITAL	Havana
ÁREA TOTAL	109.884 km ²
POPULAÇÃO	11,113 milhões
IDIOMA OFICIAL	Espanhol
SISTEMA DE GOVERNO	Regime de partido único (Partido Comunista de Cuba) e de órgão supremo (Assembleia Nacional do Poder Popular)
PODER LEGISLATIVO	Unicameral (Assembleia Nacional do Poder do Povo)
CHEFE DE ESTADO	Presidente Miguel Díaz-Canel Bermúdez
CHANCELER	Bruno Eduardo Rodríguez Parrilla
UNIDADE MONETÁRIA	Peso Cubano (CUP)
PIB	CUP 545,2 bilhões (2021)
PIB PREÇOS CORRENTES	US\$ 22,7 bilhões (2021)*
PIB PPP	Cuba não fornece dados de PIB PPP
PIB PER CAPITA	US\$ 2.044 (2021)
PIB PER CAPITA PPP	Cuba não fornece dados de PIB PPP
VARIAÇÃO DO PIB	1,3% (2021); -10,9% (2020); -0,2% (2019); 2,2% (2018);
INFLAÇÃO	60% (2022, <i>Economist Intelligence Unit</i>)
ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO	0,764 (2022)
EXPECTATIVA DE VIDA	78,45 anos (2021)
COMUNIDADE BRASILEIRA	Cerca de 200 pessoas
EMBAIXADOR EM CUBA	Roberto Colin (encarregado de negócios, a.i. desde 2020)
EMBAIXADOR NO BRASIL	Adolfo Curbelo Castellanos (encarregado de negócios, desde 2021)

*Em 2020, antes da reforma monetária, o PIB cubano era de US\$ 107,3 bilhões e o país posicionava-se como a 7^a economia da América Latina e a principal economia do Caribe. Em 2021, o PIB foi recalculado em razão da reforma monetária, que extinguiu o Peso Cubano Convertible (CUC) e promoveu desvalorização do CUP, que tinha paridade com o dólar, para US\$ 1,00 = 24,00 CUP. Os indicadores macroeconômicos, a partir de 2021, não são, portanto, comparáveis com os anos anteriores.

PERFIS BIOGRÁFICOS

MIGUEL MARIO DÍAZ-CANEL BERMÚDEZ **Presidente dos Conselhos de Estado e Ministros**



Nasceu em Villa Clara, Cuba, em 1960. Graduou-se em Engenharia Eletrônica (1982), pela Universidade Central de las Villas Marta Abreu. Em 1985, ingressou como professor da mesma universidade, onde se destacou como dirigente da União de Jovens Comunistas (UJC). Entre 1987 e 1989, cumpriu missões internacionais na Nicarágua. Em 1991, foi eleito membro do Comitê Central do Partido Comunista de Cuba (PCC). Em 2003, foi designado Primeiro-Secretário do PCC, em Holguín, e eleito membro do bureau político do PCC, por indicação de Raúl Castro. Em maio de 2009, assumiu o Ministério de Educação Superior. Em março de 2012, assumiu a Vice-Presidência do Conselho de Ministros para as áreas de educação, ciência, cultura e esporte. Em fevereiro de 2013, foi eleito Primeiro Vice-Presidente dos Conselhos de Estado e de Ministros, em substituição a José Ramón M. Ventura. Em 19 de abril de 2018, Díaz-Canel foi eleito presidente do Conselho de Estado da República de Cuba, pela recém-constituída Assembleia Nacional do Poder Popular.

BRUNO RODRÍGUEZ PARRILLA **Ministro das Relações Exteriores**

Nasceu na Cidade do México, em 1958. Formou-se em Direito. Lecionou Direito Internacional na Universidade de Havana. Em 1990, foi eleito para o Comitê Central do PCC, o qual ainda integra. Dirigiu o jornal “Juventud Rebelde”, ligado ao movimento estudantil, em 1991. Participou de missão das Forças Armadas Revolucionárias em Angola. Atuou como representante permanente de Cuba junto às Nações Unidas entre 1995 e 2003. Em 2003, tornou-se vice-ministro de Relações Exteriores, encarregado de América Latina e Caribe; em 2004, foi primeiro vice-ministro de Relações Exteriores. Chefiou missão médica humanitária de Cuba ao Haiti (2004) e ao Paquistão (2005/2006). Assumiu o cargo de ministro das Relações Exteriores em 2009.

POLÍTICA INTERNA

A política interna de Cuba está marcada pelos esforços do governo de, por um lado, avançar na “atualização do modelo”, tanto do ponto de vista político quanto econômico, e, por outro, resguardar as características do regime socialista cubano e preservar as conquistas sociais acumuladas, tais como o acesso universal a serviços de educação e saúde, as políticas e práticas comunitárias, entre outros.

O período em que o país foi governado pelo Presidente Raúl Castro, que esteve à frente da presidência do Conselho de Estado e de Ministros de 2008 a 2018, foi caracterizado por avanços importantes em Cuba. Além da atualização do modelo econômico e da reforma migratória, destacaram-se, no campo político, o processo de rejuvenescimento da liderança do Partido Comunista Cubano e o estabelecimento do prazo máximo de dez anos para o exercício dos cargos de liderança do Estado.

Tal conjunto de mudanças propiciou o surgimento de novos atores sociais em Cuba, notadamente um ascendente estrato médio urbano, formado por trabalhadores autônomos (“cuentapropistas”), por uma camada de trabalhadores rurais relativamente independentes do Estado (“usufructuarios” e membros de cooperativas não-estatais) e por uma nova geração de lideranças da sociedade e intelectuais.

Os ares de mudança foram reforçados pela reaproximação com os Estados Unidos, durante o segundo mandato do Presidente Barack Obama, que culminou com a reabertura recíproca de embaixadas, em 2016, e pela visita histórica do Presidente norte-americano a Havana no mesmo ano, em contexto de flexibilização de parcela das sanções impostas por Washington como parte do embargo econômico, comercial e financeiro à Cuba.

Esse ciclo histórico, marcado ainda pelo falecimento de Fidel Castro, em 2016, abriu caminho para a chegada ao poder de Miguel Díaz-Canel, em 2018, primeiro Presidente de Cuba nascido depois da revolução de 1959. Aspecto relevante desse período, marcado por transição geracional e inovações políticas e econômicas, foi a relativa normalidade com que se processaram as mudanças, sem rupturas internas, em clima de estabilidade institucional e contando, de modo geral, com altos índices de apoio do povo cubano.

O governo do Presidente Díaz-Canel, ao longo dos últimos cinco anos, teve de lidar com realidade complexa e desafiadora, marcada por: i) expectativas da sociedade cubana com relação à continuidade das reformas políticas e econômicas; ii) retrocesso nas relações com os Estados Unidos, na esteira da eleição do Presidente Donald Trump, com a imposição de regime acrescido de sanções contra Cuba (política de “pressão máxima”); iii) significativa deterioração da situação econômica do país, agravada pela pandemia de Covid-19, a partir de 2019, pela passagem devastadora do furacão Ian, em setembro de 2022, e pela alta de preços de alimentos e energia, decorrentes do conflito na Ucrânia; e iv) nova onda emigratória, decorrente da situação interna, marcada por desabastecimento, inflação e cortes de energia.

Apesar do contexto desafiador, o governo cubano seguiu adiante com as reformas. Em 2018, após meses de consultas à cidadania, a Assembleia Popular propôs novo texto constitucional, submetido a referendo em 24/02/2019 e aprovado por 87% de um universo de 7,8 milhões de eleitores. A nova Constituição, que não sofria alterações havia 43 anos,

reafirma o caráter socialista do regime político cubano e o papel central do Partido Comunista Cubano na condução do país. Ainda que o Estado se mantenha como principal pilar da economia, passa a reconhecer o papel do mercado, da propriedade privada e dos investimentos estrangeiros. A nova Carta Magna fixa o limite de exercício da presidência em dois mandatos consecutivos de cinco anos, cria o cargo de primeiro ministro e fortalece os poderes locais. Além disso, promove uma série de inovações em matéria social e de direitos individuais, e passa a permitir a dupla nacionalidade.

Não obstante, no auge da pandemia de Covid-19, em julho de 2021, em contexto de deterioração da situação econômica e escassez de alimentos e remédios, ocorreu em Havana e outras cidades do país a maior onda de protestos populares desde a revolução de 1959, com reivindicações de melhoria de condições de vida da população, solução para questões materiais e maior liberdade política. Manifestações similares, ainda que de menores proporções, voltaram a acontecer em 2022, após a passagem do furacão “Ian”. Cerca de mil pessoas foram detidas nos protestos, o que resultou em processos e prisão de 297 pessoas, segundo informações do próprio governo cubano, por crimes distintos de sedição, vandalismo, roubo ou desordem pública.

Nesse contexto, o governo promoveu inovações importantes do ponto de vista político e jurídico. Em maio de 2022, a Assembleia Nacional do Poder Popular aprovou legislação sobre: soberania alimentar, recursos naturais e meio ambiente, proteção de dados pessoais, direitos do autor e do artista intérprete, proteção do patrimônio cultural e patrimônio natural. Foram promulgadas, ainda, três novas leis penais: o novo Código Penal, que substitui o de 1997 e regulamenta aspectos da Constituição; a lei de Amparo aos Direitos Constitucionais; e nova lei de Execução Penal.

Além disso, em 26/9/2022, foi aprovado, por referendo popular antecedido de amplo processo de consultas à população, o novo Código das Famílias, que substituiu legislação de 1975 e que regulamenta questões referentes a direito das crianças, matrimônio, responsabilidade parental, adoção, direito ao aborto, violência no âmbito familiar, entre outras. O referendo contou com 74% de participação: 6,2 milhões de pessoas votaram, sendo 3,9 milhões pelo “sim” e 1,9 milhão pelo “não”.

O conjunto de reformas legislativas e institucionais apresentou progressos significativos, mas também despertou reparos. Por um lado, foi adotada legislação avançada sobre diversas questões importantes, entre as quais promoção dos direitos da mulher, proteção às crianças e adolescentes, respeito à diversidade sexual, regime de adoção, sustentabilidade ambiental, estímulo à cultura, promoção da inclusão digital e regulação do direito à privacidade, temas caros aos grupos mais representativos dos protestos de 2021.

Por outro lado, a nova legislação penal adotou normas que poderiam significar eventual diminuição de espaço para questionamentos políticos, em particular o aumento das hipóteses de punibilidade a “crimes contra a segurança do Estado” e “contra a ordem constitucional”, bem como um maior rigor das penas aplicáveis a casos de “sedição”. A pena capital, vigente no arcabouço jurídico cubano, foi mantida para 23 tipos penais, entre os quais ameaças à segurança do Estado e terrorismo.

Nesse contexto, de expectativas e demandas da sociedade cubana, evoluções políticas e econômicas, e desafios urgentes frente às necessidades materiais do país, devem realizar-se, em 26/3/2023, eleições legislativas em Cuba. A partir da renovação do Parlamento, segundo

o sistema político cubano, este deverá escolher o Presidente, o que deverá ocorrer no segundo semestre do corrente ano, em data a ser fixada. A expectativa é a de que o Presidente Miguel Díaz-Canel venha a ser reconduzido ao cargo, por novo período de cinco anos.

POLÍTICA EXTERNA

Diferentemente da maioria dos países latino-americanos, a política externa de Cuba se destaca por ser estratégica e global, característica de poucos países, sobretudo quando se tem em mente as dimensões territoriais, populacionais e o tamanho da economia cubana. A projeção internacional de Cuba decorre, em larga medida, da revolução cubana, de 1959, e da participação direta do país na dinâmica da guerra fria entre as duas potências mundiais de então. A posição de todo estratégica do país, localizado a 80 milhas (366 km) do território dos Estados Unidos, e as histórias imbricadas das duas nações, pelo menos desde o século XIX, certamente foram fatores determinantes para que o país caribenho estivesse fadado a ter alta gravitação geopolítica.

Contra esse pano de fundo, ao longo dos últimos sessenta anos, o governo cubano desenvolveu diplomacia ativa e projetou interesses em outros continentes. Para tanto, contou com uma Chancelaria altamente profissionalizada e acumulou capacidades diplomáticas reconhecidas mundialmente, com condições de exercer influência no tratamento de agendas multilaterais. O papel destacado de Cuba na cooperação Sul-Sul, sobretudo com a África, ou sua vitória diplomática anual nas Nações Unidas no que diz respeito à condenação quase unânime da comunidade internacional ao embargo norte-americano, revelam uma política exterior eficaz, baseada na defesa do direito internacional e na cooperação.

Os princípios básicos que nortearam a política exterior de Cuba desde o final dos anos 1950, tais como a primazia do direito internacional, a defesa da soberania e dos princípios de autodeterminação e não ingerência, a luta por mudanças na governança multilateral e a democratização do sistema das Nações Unidas, a prioridade das relações Sul-Sul, além da promoção da solidariedade e da cooperação internacional, continuam servindo de base para a ação diplomática cubana. Esse conjunto de fatores constitui, certamente, elemento de explicação para o perfil da política exterior de Cuba, cuja expressão mais palpável é a presença de 114 embaixadas e 7 representações de organismos regionais residentes em Havana.

Ainda que baseada até hoje em princípios e valores, evidentemente a política externa de Cuba também expressa os interesses nacionais do país. Neste sentido, percebem-se ajustes e adequações, que refletem o novo contexto nacional e internacional, e as necessidades concretas da sociedade cubana. Com efeito, as mudanças ocorridas no modelo econômico e social, as carências em matéria de abastecimento no contexto de décadas de embargo ao país e, mais recentemente, os desafios econômicos impostos pela pandemia e o conflito na Ucrânia, têm impactado a orientação internacional do país, havendo os componentes econômico e comercial passado a adquirir importância crescente na estratégia de inserção externa de Cuba.

Desde 1959, o governo cubano contou, em variados momentos, com sócios externos privilegiados, que foram capazes de compensar a ausência de relações com os Estados Unidos e a pressão permanente que Washington exerce sobre Cuba e a sociedade cubana. Em um primeiro momento, até o início dos anos 1990, o papel de parceiro privilegiado

coube à União Soviética e ao conjunto dos países socialistas. Na esteira da dissolução do bloco soviético, em contexto de grave crise econômica interna e saída massiva de cidadãos cubanos do país (o chamado “período especial em tempos de paz”, de 1991 a 1994), Cuba buscou diversificar parcerias. Dentre os países que passaram a desenvolver relacionamento privilegiado com Havana, destacou-se a Venezuela, sobretudo como provedor estratégico de energia, posição que vem perdendo importância relativa mais recentemente.

Na última década e meia, Cuba buscou, de maneira constante, diversificar suas parcerias externas, em contexto de “atualização do modelo econômico” e abertura crescente para os investimentos estrangeiros. O país apostou, do mesmo modo, em uma inserção ativa na região da América Latina e Caribe, por meio da ampliação das relações bilaterais, a começar pelos maiores países da região, e por engajamento nos foros regionais de concertação, com destaque para a Comunidade dos Estados Latinoamericanos e Caribenhos (CELAC). Nesse contexto de diversificação de parceiros e ampliação de oportunidades, países como Argentina, Canadá, China, Espanha, México, Rússia, Venezuela – e também o Brasil, em dado momento – posicionaram-se como os principais sócios internacionais do país caribenho. No período de 16 a 27 de novembro de 2022, o Presidente Miguel Díaz-Canel realizou seu primeiro grande périplo internacional, com visitas encadeadas a Argélia, Rússia, Turquia e China.

Estados Unidos

A relações com os Estados Unidos fazem parte indissociável da história de Cuba e remontam ao próprio processo de independência cubana, última colônia da Espanha na América Latina a libertar-se da metrópole espanhola, em 1898. O processo durou três décadas e assistiu a duas guerras de irredenção, com intervenção direta de Washington e participação de tropas norte-americanas em solo cubano. Os termos da Emenda Platt (1901), que ditaram a transferência do controle do governo para os cubanos, limitavam o direito de Cuba de fazer tratados com outras nações, restringiam a autonomia do país na condução de sua política externa e relações comerciais, além de autorizar os Estados Unidos a “intervir pela preservação da independência cubana”.

O padrão das relações entre os dois países, no entanto, foi inteiramente redefinido a partir da revolução cubana de 1959, que implicou posição de total autonomia de Cuba com relação a Washington e, tendo em conta a natureza do regime socialista implantado, terminou por implicar o país de maneira direta na dinâmica da guerra fria entre os Estados Unidos e a União Soviética. São conhecidos os episódios que marcaram o relacionamento bilateral naquele período, dos quais são emblemáticas a chamada “invasão da Baía dos Porcos”, tentativa de desembarque de mercenários treinados pelos EUA, em Playa Girón, em território cubano, no ano de 1961, e a “crise dos mísseis”, envolvendo Moscou, Washington e Havana, em outubro de 1962.

Nesse contexto, a decretação, pelos Estados Unidos, no final de 1960, ainda na presidência Eisenhower, de um embargo econômico, comercial e financeiro contra Cuba, passou a ser elemento central não apenas das relações entre os dois países, mas também da própria inserção externa de Cuba. O objetivo do embargo era o de gerar, por meio do desabastecimento e da imposição de dificuldades materiais, insatisfação interna que levasse a população cubana a derrubar o governo. Ainda que não tenha conseguido cumprir tal objetivo, o embargo teve, entre seus muitos efeitos, a intensificação das ondas migratórias de cidadãos cubanos em direção aos Estados Unidos, tema que passou a ser central para as relações bilaterais e que possui também implicações internas nos Estados Unidos, tendo em

conta a importância que adquiriu a comunidade cubano-americana no país, em particular no estado da Flórida.

Na década de 1990, durante os sucessivos governos dos Presidentes George Bush, Bill Clinton e George W. Bush, são incrementadas as medidas e sanções, ao amparo da Emenda Torricelli (1992), que ampliou as proibições a companhias estadunidenses de realizar negócios com Cuba, inclusive suas subsidiárias no exterior; proibiu barcos que passam pelos portos cubanos de realizar transações comerciais nos EUA, salvo os que contam com autorização do secretário do Tesouro; e autorizou o Presidente norte-americano a aplicar sanções contra entidades que promovessem assistência a Cuba, entre outras medidas.

Em 1996, o Presidente Clinton assinou a Lei Helms-Burton, formalmente denominada de Lei de Liberdade e Solidariedade Democrática com Cuba, que ampliou as sanções e reforçou seus aspectos extraterritoriais. Em seu Título III, a legislação norte-americana prevê sanções às pessoas ou às companhias estrangeiras que realizem transações com propriedades estadunidenses que tenham sido confiscadas em Cuba depois da Revolução de 1959, abrindo assim a possibilidade de processos nos tribunais norte-americanos. O embargo tem sido duramente criticado pelo governo de Havana ao longo dos anos e tem sido apontado como uma das principais causas das dificuldades econômicas e sociais que afetam a população de Cuba. As medidas norte-americanas são objeto de rechaço da quase totalidade da comunidade internacional.

O padrão do relacionamento entre Cuba e os EUA só teria uma inflexão significativa durante os anos de governo do Presidente Barack Obama, sobretudo em seu segundo mandato. Após a reeleição, em 2012, a administração Obama operou mudança de fundo na política para Cuba. Por meio de diálogos reservados iniciados em 2013, foram acertados os termos gerais que visavam a abrir caminho para a normalização das relações diplomáticas e econômicas. Tais entendimentos prévios, que incluíram, entre outros, troca de agentes de espionagem presos em ambos os países, aumento dos limites para remessas e viagens de cubanos emigrados e compromissos de Cuba com a expansão do acesso público à internet.

Em dezembro de 2014, foi anunciada formalmente a retomada de relações e, em agosto do ano seguinte, as Embaixadas, que até então funcionavam como “Seções de interesse”, foram reabertas. Em março de 2016, o Presidente Obama fez visita histórica a Cuba, manteve reunião oficial com o Presidente Raúl Castro, e afirmou que “é a hora de levantar o embargo”. Indicou, por outro lado, que permaneciam “diferenças muito reais entre os dois países” e que as “mudanças em Cuba devem prosseguir”, mas “conduzidas pelo próprio povo cubano”. Nesse contexto de franca aproximação, houve a flexibilização de diversas sanções impostas à Ilha, acompanhadas da abertura de canais de diálogo e cooperação, adoção de uma série de medidas que facilitavam o comércio de empresas norte-americanas com o país caribenho e, não menos importante, a retirada de Cuba da lista publicada anualmente pelo Departamento de Estado de países que promovem o terrorismo.

Com o início do governo do Presidente Donald Trump, em janeiro de 2017, foram revertidas as medidas de aproximação e flexibilização das sanções do período anterior. O novo governo expediu, logo no início de mandato, conjunto robusto de sanções, no que foi qualificado como “política de pressão máxima” a Cuba. Dentre as medidas adotadas, destacaram-se a ativação do Título III da Lei Helms-Burton, com o objetivo de dissuadir os investimentos estrangeiros por outros países; restrições de voos e suspensão de viagens de cruzeiros norte-americanos a Cuba, com impacto no turismo; imposição de limites nas remessas por nacionais cubanos nos EUA, com a suspensão das operações da Western Union com o país; e o incremento das sanções sobre bancos internacionais que realizam

negócios com a ilha. Além disso, nos últimos meses da administração Trump, Cuba foi reincluída na lista de países patrocinadores do terrorismo, ampliando ainda mais o escopo das sanções e limitando a ajuda humanitária ao país.

O início do governo de Joe Biden, em 2021, foi marcado por expectativas quanto a uma possível reversão das políticas implementadas pela administração anterior com relação a Cuba. No entanto, tal reversão não ocorreu, tendo prevalecido atitude gradualista da nova administração. Ao longo de 2022, contudo, as relações estiveram marcadas por retomada de atividade, com reativação de canais de diálogo sobre temas migratórios e cooperação judiciária, acompanhadas de diversas medidas pontuais de flexibilização, como a eliminação dos limites para envio de remessas a Cuba; a possibilidade de aumento dos voos diretos a todas as regiões do país; o reestabelecimento de viagens de grupos; e a concessão de ajuda humanitária após a passagem do furacão Ian.

Além disso, a Embaixada norte-americana retomou a emissão de vistos em Havana no início de 2022, e os dois governos reativaram o diálogo regular sobre temas migratórios. No plano das relações econômicas, empresas norte-americanas de capital cubano-americano foram autorizadas a operar em Cuba e, em outubro de 2022, realizou-se reunião de foro comercial bilateral Cuba-EUA, primeiro evento do gênero desde 2016, que contou com a presença de 27 empresários norte-americanos e 5 cubano-americanos. A última edição da Feira Internacional de Havana (14-18/11/2022), por sua vez, teve pavilhão dedicado a investidores cubano-americanos pela primeira vez em sua história.

Por outro lado, foram impostas, pelo governo norte-americano, dificuldades adicionais ao turismo europeu na Ilha; e Cuba foi mantida na recente edição anual da lista do Departamento de Estado de países patrocinadores do terrorismo, apesar de apoio expressivo da comunidade internacional em contrário à medida.

Rússia

A relação bilateral entre Cuba e Rússia tem nível de parceria estratégica. Há reuniões regulares da Comissão Intergovernamental para Cooperação Econômica e Técnico-Científica, e de consultas políticas entre as respectivas chancelarias. Dada a história do relacionamento bilateral e o compartilhamento de visões em questões de política internacional, observa-se intensa cooperação nos mais variados setores entre Rússia e Cuba.

Na última década, registraram-se visitas de alto nível de parte a parte. Moscou perdoou a maior parte da dívida cubana e é um dos principais parceiros econômico-comerciais do país, tendo sido um dos maiores emissores de turistas para Cuba no período imediatamente anterior à pandemia e da guerra na Ucrânia. Nos anos recentes, as relações bilaterais tiveram impulso renovado, com o ingresso da Ilha como membro observador na União Econômica Europasiática (UEE), em dezembro de 2020, e, no ano seguinte, com a adoção de um plano bilateral de ações conjuntas para 2021-2025 nas áreas econômica, de saúde, biotecnologia, agricultura e esporte.

Em sua visita mais recente à Rússia, em novembro de 2022, o Presidente Díaz-Canel reuniu-se com o Presidente Putin, e tratou-se da possibilidade de projetos de cooperação na área de energia, tema que havia sido discutido previamente pela XIX Comissão Intergovernamental para Cooperação Econômica e Técnico-Científica bilateral. Durante a

visita, foram discutidas formas de incrementar as trocas comerciais, creditícias, financeiras e bancárias, além da possibilidade de projetos industriais, científicos e culturais. Tratou-se, em particular, da revitalização de projetos conjuntos, como a modernização da empresa siderúrgica "Antillana de Acero", a reabilitação da Planta Mecânica de Santa Clara e o funcionamento de centro de diagnóstico e manutenção de equipamentos na Zona Especial de Desenvolvimento de Mariel (ZEDM).

Posição diante da guerra na Ucrânia

Na esteira da invasão do território da Ucrânia, Cuba fez declarações favoráveis a Moscou, responsabilizando os Estados Unidos e a OTAN pelo conflito e buscando justificar a ação russa. No entanto, nas votações em foros multilaterais sobre a questão, Havana tem buscado adotar posição de equilíbrio, havendo votado, em determinadas ocasiões, pela abstenção, em lugar de um alinhamento automático com a Rússia.

China

Cuba e China mantêm laços históricos e relação de amizade especial. A China é o segundo maior parceiro comercial de Cuba, depois da Venezuela, apesar de o comércio bilateral ter diminuído de mais de US\$ 2 bilhões, em 2017, para US\$ 1,3 bilhão, em 2021, segundo dados do governo cubano. Estima-se que a dívida cubana com a China esteja na cifra de bilhões de dólares, embora esses dados não sejam públicos.

A participação chinesa em múltiplas esferas da economia cubana qualifica a relação como estratégica para Havana. Investimentos recíprocos entre os dois países incluem, entre outros, a empresa mista Biotec Pharmaceutical, especializada na pesquisa, produção e venda de anticorpos monoclonais usados no diagnóstico e tratamento de câncer, que conta com tecnologia cubana, e o projeto de modernização do porto de Santiago de Cuba, a cargo da empresa "China Communications Construction Company".

No plano político, destaca-se o longo relacionamento entre os partidos comunistas chinês e cubano. A China tradicionalmente defendeu a soberania e a independência cubanas, sustentando que cada país é livre para escolher seu modelo de socialismo e condenando o embargo norte-americano à Ilha. Cuba, por sua vez, reconhece o princípio de "uma só China", opõe-se a interferências na política interna chinesa e já declarou apoio à cooperação no âmbito da iniciativa "Belt and Road" (BRI), da Iniciativa de Desenvolvimento Global (GDI) e da Iniciativa de Segurança Global (GSI). Há, ainda, alinhamento de posições em fóruns multilaterais, em particular nas Nações Unidas, e regionais, tais como o Fórum CELAC-China e o G77+China.

Ao longo da última década, observa-se intensa agenda de visitas bilaterais em diferentes níveis. Em novembro de 2022, o Presidente Díaz-Canel realizou visita a Pequim, quando foi adotada "Declaração Conjunta sobre o Aprofundamento das Relações China-Cuba na Nova Era". Apesar de Cuba não haver cumprido os prazos para pagamento de sua dívida com a China, o governo chinês aceitou reestruturar a dívida e doou US\$ 100 milhões ao país caribenho para atenuar os efeitos da crise econômica. Além disso, foram assinados acordos e memorandos de entendimento para fornecimento de medicamentos, insumos médicos, alimentos, matérias primas para uniformes escolares, roupa de trabalho e utensílios de

cozinha para programas de alto impacto sobre a população cubana. Merecem destaque dois acordos para execução de projetos na esfera de vigilância cibernética.

União Europeia

De 1996 a 2016, vigorou “Posição Comum” da UE, que condicionava o adensamento da relação bilateral ao respeito às garantias fundamentais na Ilha. A partir da assinatura do Acordo de Diálogo Político e de Cooperação (ADPC), em dezembro de 2016, a União Europeia abandonou o enfoque predominantemente crítico no tocante à questão dos direitos humanos em Cuba, em favor de uma estratégia de “engajamento construtivo”, em cuja moldura figuram interesses mais amplos. Os principais temas da agenda Cuba-UE estabelecidos pelo ADPC são: i) direitos humanos; ii) medidas coercitivas bilaterais; iii) não-proliferação de armas de destruição de massa; iv) controle de armamentos convencionais; v) agenda 2030 para o desenvolvimento sustentável; vi) energia; vii) meio ambiente e mudança do clima.

A III Reunião do Conselho Conjunto Cuba-UE, em janeiro de 2021, reforçou a aproximação e veiculou mensagem unívoca de interesses compartilhados frente à política norte-americana para Cuba, por meio da incisiva condenação da UE à inclusão de Cuba na Lista de Estados Patrocinadores de Terrorismo, da oposição à aplicação dos títulos III e IV do Ato Helms-Burton e do endosso à expectativa de Cuba quanto à reversão pela administração Biden das políticas implementadas pelo governo do Presidente Trump.

As relações Cuba-UE têm sido marcadas, portanto, por pragmatismo e atitude construtiva de ambos os lados, com foco nos benefícios mútuos, inclusive em matéria econômica, que podem advir da relação.

Espanha

As relações de Cuba com a Espanha são marcadas por espírito construtivo, amistoso e de cooperação mútua, com base nos laços históricos e culturais que vinculam os dois países e as duas sociedades, mas também em um conjunto de vínculos em matéria de comércio, investimentos e fluxos migratórios. Desde meados dos anos 1990, quando foram tomadas as primeiras medidas cubanas de abertura ao capital estrangeiro, grandes grupos espanhóis do setor de turismo, como o Meliá e o Iberostar, associaram-se ao Estado cubano e posicionaram-se como líderes do setor no país. Hoje, contabilizam-se mais de sessenta investimentos espanhóis em Cuba, em distintos setores, e mais de setenta contratos de administração hoteleira. A Espanha é, ademais, um dos principais parceiros comerciais de Cuba, figurando, em 2020, como o terceiro país de origem de importações cubanas e o quarto destino para as vendas do país caribenho.

No plano político, Madri tem servido como facilitadora das relações de Cuba com a União Europeia, havendo atuado em favor do ADPC Cuba-UE, bem como apoiado o país caribenho em diferentes foros financeiros multilaterais, como o Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola (FIDA), o Grupo de Ação Financeira Internacional (GAFI) e o Clube de Paris. Em novembro de 2018, o Presidente de governo Pedro Sánchez visitou Havana, primeira visita oficial de mandatário espanhol a Cuba após 32 anos (a última havia

sido de Felipe González, em 1986). Na ocasião, foram assinados memorandos de entendimento em matéria de diálogo político e sobre cooperação científica e cultural. Em novembro de 2019, teve lugar visita histórica dos Reis da Espanha a Cuba. Desde então, ocorreram diversas visitas, em nível ministerial, de autoridades espanholas à Ilha.

Canadá

Desde meados dos anos 1990, o Canadá mantém política de aproximação com Cuba e presença importante na economia cubana. O país figura em primeiro lugar entre os países emissores de turistas para Cuba, respondendo por quase 25% do fluxo total de um setor fundamental para a economia cubana. Em termos comerciais, o Canadá representa o segundo mercado para as exportações cubanas, com 14% do total. No campo dos investimentos, as empresas canadenses também se situam entre os principais atores presentes na economia da Ilha, respondendo por mais da metade da produção total de níquel e cobalto, entre outros setores estratégicos.

No campo político, a relação bilateral com o Canadá é marcada pelo contraste com as posições dos EUA. A solidariedade canadense a Cuba se expressa no apoio consistente de Ottawa contra o embargo econômico e à crítica da aplicação integral do Ato Helms-Burton, que termina por incidir sobre os importantes investimentos canadenses na Ilha.

América Latina e Caribe

Ao longo das últimas décadas, registraram-se importantes avanços na inserção cubana na política regional da América Latina e Caribe. Após o ingresso de Cuba na Associação Latinoamericana de Desenvolvimento e Integração (ALADI), em 1999, e a aproximação com a Comunidade do Caribe (CARICOM), nos anos 2000, a participação de Cuba na reunião de Cúpula de Países da América Latina e Caribe (CALC), na Costa do Sauípe, (Bahia), em 2008, que evoluiu para o lançamento da Comunidade dos Estados Latinoamericanos e Caribenhos (CELAC), em 2010, pode ser vista como marco do novo engajamento cubano com a região. No ano de 2014, Havana foi sede da II Reunião de Cúpula da CELAC, reunião de caráter histórico, em que o país se posicionou no centro dos esforços de concertação regional.

As relações individuais com parceiros privilegiados na região avançaram, com destaque para as relações com Argentina, México e também Brasil. No que se refere à Venezuela, o país chegou a ocupar lugar central para Cuba na primeira década deste século, sobretudo como fornecedor estratégico de energia, nos marcos da iniciativa Petrocaribe. Nos anos recentes, os imensos desafios econômicos nos dois países, em grande medida resultado da “pressão máxima” adotada pela administração Trump e dos impactos da pandemia, causaram mudanças na relação bilateral, muito embora os dois governos mantenham relação política próxima, e a Venezuela siga no topo dos exportadores para Cuba, em razão das vendas de petróleo e derivados. O mandatário cubano realizou, durante o seu mandato, duas visitas a Caracas.

Com o México, as relações passaram por dinamização nos anos recentes. Em fevereiro deste ano, o Presidente Díaz-Canel fez sua quarta visita ao México desde que assumiu o cargo. Já o Presidente Andrés Manuel López Obrador fez visita de Estado de grande destaque em maio de 2022, às vésperas da Cúpula das Américas realizada em Los Angeles,

para a qual Cuba não foi convidada. O intercâmbio comercial com o México tem aumentado e, recentemente, o país anunciou programa de contratação de serviços médicos cubanos e ofereceu apoio com pessoal e com combustível depois da explosão dos reservatórios de petróleo de Matanzas, em agosto de 2022. Em proporção menor, algo parecido ocorreu com a Argentina, que aumentou bastante sua participação como parceiro comercial de Cuba nos últimos anos. Em 2020, a Argentina ocupava a posição de 4º maior exportador para Cuba, seguida imediatamente do México.

Cuba e o sistema interamericano

Cuba foi membro fundador da Organização dos Estados Americanos (OEA), em 1948. Em 1962, por resolução (aprovada por maioria qualificada de 2/3 e voto contrário do Brasil) da VIII Reunião de Consulta de Ministros das Relações Exteriores, adotada ao amparo do Tratado Interamericano de Assistência Recíproca (TIAR), o governo de Cuba foi excluído das atividades do Sistema Interamericano. No entanto, Cuba jamais denunciou a Carta da OEA, do que resultou ter-se mantido, ainda que apenas formalmente, como membro da Organização.

Somente em 2009, no 39º período de sessões da Assembleia Geral da OEA, foi adotada resolução (AG/doc.5005/09) que tornou sem efeito a resolução da VIII Reunião de Consulta de Ministros de Relações Exteriores, de 1962. A resolução de 2009 estabeleceu, ainda, que a participação de Cuba na OEA pode ser resultado de processo de diálogo que venha a ser iniciado a pedido do governo cubano.

Mesmo com o fim da suspensão formal, o governo de Cuba não indicou, até hoje, interesse em retomar sua participação nas atividades da OEA.

Política multilateral

Cuba foi membro fundador da ONU e do GATT (Acordo Geral sobre Tarifas e Comércio). Nos anos 1960, após a revolução, com participação suspensa na OEA, no FMI e no Banco Mundial, o governo cubano aderiu ao Movimento Não Alinhado e ao G77. Nos anos 1970, passou a integrar o COMECON (Conselho para Assistência Econômica Mútua, que reunia países do bloco comunista). Nos anos 1980, o país consolidou sua inserção global, com atuação militar na África Austral e a cooperação médica e técnica com os países em desenvolvimento. A partir dos anos 1990, com a desintegração do bloco soviético, Cuba intensificou seus esforços de atuação multilateral e regional, buscando na legitimidade de organizações internacionais e do direito internacional formas de reposicionar sua política externa e evitar estrangulamento político e econômico.

A atuação de Cuba nos foros internacionais caracteriza-se pela defesa do multilateralismo e dos princípios do direito internacional, como o respeito à soberania e à integridade territorial, a autodeterminação, a não ingerência e a cooperação internacional. A diplomacia cubana mantém perfil particularmente ativo em organismos internacionais, importante plataforma de projeção da voz e da visão do país sobre os temas da agenda internacional. O país possui significativa presença nas Nações Unidas, onde obtém número elevado de apoios a seus pleitos e iniciativas. Destaca-se, nesse contexto, a resolução

apresentada anualmente por Cuba na Assembleia Geral das Nações Unidas (AGNU) de condenação ao embargo norte-americano.

No plano multilateral, Brasil e Cuba defendem princípios comuns, havendo convergência de posições em múltiplos temas. Tradicionalmente, o Brasil recebe apoio de Cuba em votações de matérias do seu interesse e em favor de suas candidaturas.

Cuba assumiu, em janeiro de 2023, a presidência pro tempore do G77+China, mecanismo de coordenação e concertação de posições dos países em desenvolvimento no âmbito das Nações Unidas. Entre os objetivos da presidência de turno cubana, destacam-se a consolidação da unidade, presença e influência dos países em desenvolvimento em processos negociadores multilaterais, inclusive em matéria de mudança do clima; o fomento à solidariedade e à cooperação internacionais no contexto da recuperação pós-pandemia; e o impulso à reforma da governança financeira internacional.

Resolução da AGNU sobre embargo a Cuba

Desde 1992, a delegação cubana apresenta anualmente à Assembleia Geral das Nações Unidas (AGNU) projeto de resolução intitulado “Necessidade de colocar fim ao embargo econômico, comercial e financeiro imposto pelos Estados Unidos contra Cuba”. Apesar de consistentemente levada a voto a pedido dos Estados Unidos, a iniciativa é sempre aprovada por ampla maioria dos estados membros.

Ao longo dos anos, o texto da proposta – composto por poucos parágrafos preambulares e operativos – não tem sofrido alterações de fundo. O foco da resolução é reafirmar a inconformidade de leis domésticas com efeitos extraterritoriais (como é o caso da Lei Helms-Burton, que consolidou o embargo norte-americano a Cuba) com princípios e normas de direito internacional, sem incluir considerações sobre a política interna e externa cubana.

Anualmente, a resolução solicita ao Secretário-Geral da ONU a elaboração de relatório a respeito da implementação da resolução. Embora diversos países tenham conhecidas reservas ao regime político cubano, prevalece a condenação, pela ampla maioria da comunidade internacional, do embargo à Cuba, com base na defesa do direito internacional.

Em 2016, no contexto de medidas norte-americanas para flexibilizar o bloqueio, os EUA abstiveram-se por primeira e única vez, não tendo sido registrados votos contrários à iniciativa naquele ano. No ano seguinte, com a mudança de governo nos EUA, o país voltou a votar contra o texto.

De 1992 a 2018, o Brasil votou consistentemente a favor do referido projeto de resolução. Em 2019, na 74^a AGNU, houve mudança de posição do governo brasileiro, e o Brasil somou-se aos EUA e Israel no voto contrário ao texto, que foi adotado por 187 votos a favor, 3 contra e 2 abstenções (Colômbia e Ucrânia). Na 75^a AGNU, em junho de 2021, o Brasil reavaliou seu voto e optou pela abstenção, tendo sido a resolução adotada por 184 votos a favor, 2 contra (EUA e Israel) e 3 abstenções (Brasil, Ucrânia e Colômbia). Na 76^a AGNU, em 2022, a resolução foi adotada com 185 votos a favor, 2 contra (EUA e Israel) e 2 abstenções (Brasil e Ucrânia).

ECONOMIA E COMÉRCIO EXTERIOR

O Produto Interno Bruto de Cuba em 2021 foi da ordem de US\$ 22,7 bilhões (Banco Mundial, 2022). Em 2020, antes da reforma monetária, o PIB cubano era calculado em US\$ 107,3 bilhões, o que posicionava o país como a 7^a economia da América Latina e a principal economia do Caribe. As estatísticas atuais melhor refletem a real situação econômica do país, que passou a posicionar-se em 18º lugar no ranking das economias da América Latina e do Caribe, e em 3º dentre os países caribenhos.

A estrutura do PIB cubano por setores aponta para forte concentração no setor de serviços (76%), seguido pela indústria (21%), cabendo ao setor de agricultura e pesca apenas 3%. Os serviços médicos e de turismo são especialmente importantes para a balança de pagamentos, sendo o turismo hoje um dos principais motores da economia cubana.

A economia e o comércio exterior de Cuba estão controlados maiormente pelo Estado, que é o principal proprietário dos meios de produção. Ao longo das duas últimas décadas, no entanto, estão em curso esforços de “atualização do modelo” econômico de Cuba, no sentido da regularização e incentivo de negócios privados individuais (“cuentapropismo”); da flexibilização do mercado atacadista; da constituição de cooperativas agrícolas de natureza privada; da racionalização da política monetária; e da abertura ao capital estrangeiro.

Marco nesse processo foi a aprovação pelo Parlamento cubano, em 29/03/14, da Lei de Investimento Estrangeiro em Cuba (Lei 118), com o objetivo declarado de atrair capital externo para dinamizar o desenvolvimento econômico e social do país. Em 2018, foram adotadas normas adicionais relacionadas ao investimento externo direto (IED), modificando a Lei 118, no intuito de agilizar e flexibilizar ainda mais os processos de apresentação e avaliação dos negócios com capital estrangeiro.

Desde então, o país aprovou mais de 270 novos investimentos estrangeiros, em valor aproximado de US\$ 10 bilhões. O resultado ficou bem abaixo da meta então projetada de US\$ 2,5 bilhões por ano, mas confirmou a decisão e o compromisso do governo com a abertura da economia e a promoção de parcerias externas.

Em 2021, foram criadas condições legais para o surgimento e funcionamento, pela primeira vez em mais de 60 anos, de micro, pequenas e médias empresas privadas em Cuba, ampliando ainda as possibilidades de atuação de trabalhadores autônomos e de cooperativas não agropecuárias. As micro, pequenas e médias empresas estão autorizadas a desenvolver vasto espectro de atividades econômicas, o que abre novas possibilidades para o comércio exterior, inclusive com o Brasil.

Entre setembro de 2021 e outubro de 2022, havia sido aprovada a criação de 5.895 micro, pequenas e médias empresas privadas, das quais 47,6% constituem novos empreendimentos e 52,4% reconversões de negócios previamente existentes. Estima-se que a iniciativa privada tenha gerado mais de 102 mil novos empregos, e que já corresponda a 14% do PIB do país.

Também o setor de agronegócio cubano está experimentando mudanças, com estímulos à produção local, integração de cadeias produtivas com pesquisas acadêmicas e fomento a investimentos estrangeiros. Nesse contexto, insere-se o Plano de Soberania Alimentar e Educação Nutricional (Plano SAN), que visa à diminuição da dependência das importações de alimentos. Encontram-se em implementação, sob a égide do Plano SAN, mais de 60 medidas que visam a liberar entraves burocráticos do setor e a promover a produtividade.

Além desse conjunto de mudanças, foi implementado, em janeiro de 2021, novo ordenamento monetário e cambial, que acabou com a dualidade monetária (peso cubano-CUP e peso cubano conversível-CUC) que existia no país desde 1994, deixando-se em vigor apenas o CUP, que não possui cotação internacional e teve taxa de câmbio interna fixada pelo Banco Central em US\$ 1,00 = 24,00 CUP (pesos cubanos) para pessoas jurídicas, e US\$ 1,00 = 120,00 CUP, para pessoas físicas.

Do ponto de vista macroeconômico, em todo caso, a inflação segue sendo um dos principais desafios das autoridades econômicas cubanas, corroendo o poder de compra e afetando negativamente o nível de vida da população. Segundo estimativas da *Economist Intelligence Unit*, a inflação teria sido da ordem de 77% em 2021 e 60% em 2022, com 283% de inflação acumulada desde o advento do novo ordenamento monetário.

Comércio exterior

O comércio exterior tem função essencial na economia cubana, fortemente dependente de importações estratégicas como alimentos e combustíveis. O país mantém intercâmbio comercial com mais de 170 países e apresenta déficit estrutural em sua balança comercial. Os principais países de destino das exportações cubanas (2020) foram Canadá, China, Países Baixos, Espanha e Venezuela, ao passo que os principais provedores de Cuba naquele ano foram Venezuela, China, Espanha, Argentina e México.

Os principais itens da pauta exportadora cubana de bens, caracterizada pela baixa diversificação, são níquel, charutos, rum, açúcar, produtos biotecnológicos e medicamentos, e frutos do mar. As importações compõem-se principalmente de alimentos e insumos, maquinários e equipamentos de transporte, manufaturas em geral e petróleo.

É digna de nota e objeto de especial preocupação das autoridades cubanas a situação de dependência externa do país no setor de alimentos. Cuba importa, em média, de 70% a 80% de todos os insumos agrícolas e alimentos que consome, o que em alguns anos pode chegar a mais de 90%, representando importações anuais que superam os US\$ 2 bilhões.

As importações cubanas totais em 2021 foram de U\$ 8,4 bilhões, enquanto as exportações atingiram U\$ 1,9 bilhão, com um saldo negativo de U\$ 6,5 bilhões. No mesmo ano, as exportações de serviços foram de U\$ 5,8 bilhões, dos quais U\$ 4,3 bilhões em serviços de saúde.

O desequilíbrio do comércio exterior é visto como fator de vulnerabilidade externa, tendo em conta o acentuado déficit comercial na balança de bens, em contexto de escassez de divisas, compensado apenas em parte pela balança de serviços, principal fonte de ingressos correntes. Nesse quadro, o turismo converteu-se gradualmente no motor da economia cubana e principal receptor de investimentos estrangeiros. Desde os anos 1990, com o fim da União Soviética e os impactos decorrentes para a economia cubana, o governo promoveu crescente abertura do setor de turismo a capitais estrangeiros, em particular espanhóis e canadenses, que se posicionaram como líderes no setor em Cuba.

O recorde de recepção de turistas pelo país foi atingido em 2018, com 4,7 milhões de visitantes. Em 2019, esse número diminuiu para 4,2 milhões, em decorrência do aumento das sanções estadunidenses adotadas pelo governo Donald Trump. Em 2020 e 2021, houve novo e acentuado declive, em razão da pandemia, havendo o país fechado suas fronteiras entre março de 2020 a novembro de 2021. Nesse quadro, 1,1 milhão de turistas visitaram Cuba em 2020 e somente 356 mil em 2021. Em 2022, foi registrado o ingresso de 1,7 milhão de visitantes à Ilha, bem abaixo da expectativa oficial de 2,5 milhões de turistas e das médias históricas anteriores à pandemia. O governo cubano objetiva receber 3,5 milhões de turistas em 2023; contudo, segundo dados oficiais preliminares, entraram no país 488.730 turistas nos primeiros dois meses do corrente ano – ritmo aquém do esperado para cumprir a meta anual estipulada.

Investimentos estrangeiros

Segundo informações oficiais do Ministério do Comércio Exterior e Investimento Estrangeiro (MINCEX) de Cuba, desde 2014, ano da promulgação da nova lei de investimentos, teriam sido concretizados 272 empreendimentos com capital estrangeiro no país e 51 na Zona Especial de Desenvolvimento de Mariel, totalizando cerca de US\$ 10 bilhões.

Em novembro passado, o governo cubano divulgou nova Carteira de Oportunidade de Investimento Estrangeiro (COIE), com 708 projetos, totalizando um montante de investimentos potenciais de US\$ 33,5 bilhões. Segundo o MINCEX, mais de 50 projetos estariam em negociações avançadas, com valor aproximado a US\$ 9 bilhões.

Entre as políticas ativas de atração de investimentos, destaca-se a facilitação de negócios, com base na eliminação de entraves burocráticos, agilização de aprovações e facilidades tributárias. Em janeiro de 2020, o Ministério de Comércio Exterior e Investimento Estrangeiro (MINCEX) anunciou o início do serviço de Janela Única de Investimento Estrangeiro (VUINEX), que tem por objetivo facilitar os trâmites para a aprovação de novos empreendimentos e criar facilidades para os investidores estrangeiros.

Os principais setores que recebem IED em Cuba são os de turismo, alimentos, transporte, serviços profissionais, construção, indústrias, energia, biotecnologia, saúde, informática e mineração. O governo cubano não publica detalhes dos investimentos estrangeiros, mas estima-se que mais de 50% dos projetos de investimentos em Cuba provêm de países da União Europeia, sendo a Espanha o principal investidor em ampla gama de setores. O Canadá também tem sido tradicional fonte de IED em Cuba, em particular nos setores de turismo, energia e mineração. Nos anos recentes, capitais chineses também têm ingressado no país.

As principais perspectivas para o aumento e diversificação de investimentos estrangeiros em Cuba, entretanto, vinculam-se à Zona Especial de Desenvolvimento de Mariel.

Desempenho recente e perspectivas

A pandemia de Covid-19, com as sabidas consequências sobre o turismo, o recrudescimento das sanções norte-americanas e o aumento global dos preços de alimentos e energia, estes em decorrência das tensões geopolíticas globais, afetaram muito negativamente a economia cubana. O PIB, que havia retrocedido em -0,2% em 2019, apresentou forte contração de -10,9% em 2020, em conjuntura já marcada por desafios significativos em matéria de abastecimento de alimentos e energia, por conta das sanções norte-americanas.

Em 2021, a economia de Cuba registrou leve recuperação, com crescimento de 1,3%. Estimativas preliminares do governo cubano indicam que, em 2022, o PIB tenha crescido em torno de 2%. Espera-se que as medidas recentes de abertura às micro, pequenas e médias empresas e ao investimento estrangeiro em comércio varejista e atacadista possam induzir recuperação sustentada nos próximos anos, o que dependerá, em grande medida, da retomada do principal motor da economia cubana, o turismo, ainda em níveis muito abaixo dos que se observavam antes da pandemia. As estimativas da *Economist Intelligence Unit* de dezembro passado eram de crescimento de 4,9% em 2023 e 3,8% em 2024.

RELAÇÕES BRASIL-CUBA

As relações diplomáticas com Cuba foram estabelecidas em 1906, com a criação da Legação do Brasil em Havana, cumulativa com a América Central. A partir de então e ao longo das décadas seguintes, o relacionamento bilateral esteve caracterizado por baixa densidade, em razão da distância geográfica, da ausência de comunicações diretas e pela pouca prioridade conferida por ambos os países ao relacionamento.

Registrhou-se sensível aproximação no período imediatamente posterior ao triunfo da revolução cubana, tendo sido o Brasil um dos primeiros países a reconhecer o novo governo em Havana, ainda em janeiro de 1959. Em maio daquele mesmo ano, o então Primeiro-Ministro Fidel Castro realizou sua primeira visita ao Brasil, tendo sido recebido pelo Presidente Juscelino Kubitschek no Rio de Janeiro e em Brasília. Em maio de 1960, Fidel Castro realizaria nova visita ao país, tendo mantido reunião bilateral com o Presidente Juscelino Kubitschek.

Nos primeiros anos da década de 1960, sob a égide da chamada “Política Externa Independente” dos Presidentes Jânio Quadros e João Goulart, o relacionamento com Cuba foi marcado por maior proximidade. Foi emblemática desse período a posição assumida pelo Brasil, na Conferência de Punta del Este da Organização dos Estados Americanos, em janeiro de 1962, contra a expulsão de Cuba do organismo interamericano. Tal atitude de proximidade não impediu, no entanto, que o governo brasileiro deixasse claro que as posições do Brasil não deveriam ser confundidas com simpatia ideológica pelo regime cubano.

Em 13/05/1964, na esteira da instauração do regime militar no Brasil, o governo brasileiro rompeu relações diplomáticas com Cuba. Durante as três décadas seguintes, não houve, na prática, relações dignas de nota entre os dois países, ainda que tenha havido, a partir de 1974, uma retomada de contatos, com a criação do Sistema Econômico Latinoamericano (SELA), englobando todos os países da região. Registraram-se, também, algumas operações comerciais triangulares, envolvendo o Brasil e a Ilha.

As relações diplomáticas entre os dois países somente seriam restabelecidas em 1986, com a redemocratização no Brasil. No período do Presidente José Sarney, buscou-se dar sentido predominantemente econômico-comercial às relações bilaterais, o que foi, no entanto, dificultado pela crise econômica em ambos os países.

No início da década de 1990, apesar da conjuntura econômica adversa, registraram-se avanços nas relações bilaterais. O Presidente Fidel Castro participou da cerimônia de

posse do Presidente Fernando Collor de Mello, a primeira visita da liderança cubana ao Brasil após o reatamento das relações. O Presidente cubano voltou ao país por ocasião da Conferência Rio-92, em contexto de reorientação da política externa cubana, na esteira da dissolução da União Soviética e do recrudescimento do embargo norte-americano à ilha.

Já no governo do Presidente Itamar Franco, as relações entre Brasília e Havana foram marcadas por diálogo e aproximação, que resultou na ampliação da rede de acordos de cooperação bilateral, incluindo áreas como geologia e mineração, biotecnologia e novos materiais. Tal movimento preparou terreno para o adensamento da cooperação, que se daria mais adiante.

Durante os governos do Presidente Fernando Henrique Cardoso, o relacionamento bilateral esteve marcado por avanços concretos e visitas de alto nível de lado a lado. O Presidente Fidel Castro visitou o Brasil em duas ocasiões (agosto-setembro de 1998 e maio-junho de 1999), tendo estado em Brasília, Rio de Janeiro e Belo Horizonte. O Presidente brasileiro, por sua vez, realizou visita oficial a Cuba em novembro de 1999. Nesse período, foi assinado o Acordo Básico de Cooperação Técnica, Científica e Tecnológica, que permitiu tratamento mais estruturado da cooperação bilateral. Datam também dessa época os primeiros financiamentos aprovados pelo BNDES para a exportação de produtos brasileiros a Cuba, o início de cooperação na área de saúde e a assinatura do Acordo de Complementação Econômica Brasil-Cuba (ACE-43).

Ao mesmo tempo, a postura crítica adotada pelo governo brasileiro, em diversas ocasiões, com relação à situação dos direitos humanos em Cuba, gerou por vezes desgastes pontuais, o que não prejudicou o andamento favorável da relação bilateral como um todo. No plano multilateral, o Brasil manteve sua posição tradicional na ONU de condenação ao bloqueio contra Cuba e apoiou, na Assembleia Geral da OEA, realizada no Panamá em 1996, declaração de rechaço à Lei Helms-Burton.

Nos dois primeiros mandatos do Presidente Lula (2003-2011), as relações entre Brasil e Cuba adensaram-se de forma inédita, orientadas pela noção de “compromisso construtivo”. Ainda em seu primeiro ano de governo, em setembro de 2003, o Presidente brasileiro visitou Cuba e assinou amplo leque de acordos de cooperação. O período foi marcado por intensa troca de visitas de alto nível, pelo adensamento da cooperação técnica, pelo incremento do intercâmbio comercial e pela realização de investimentos brasileiros na ilha, em áreas como energia e infraestrutura, com o início das obras de modernização e ampliação do porto de Mariel.

Ao longo desse período, o Brasil trabalhou ainda por uma plena inserção de Cuba nos foros políticos regionais, com destaque para a I Cúpula de Países da América Latina e Caribe (CALC), realizada em 2008 na Costa do Sauípe (Bahia), e que deu origem à Comunidade dos Estados Latino-Americanos e Caribenhos (CELAC), em 2010. Nos foros multilaterais, o governo brasileiro adotou posição de apoio ativo a todas as iniciativas de condenação do embargo norte-americano a Cuba, particularmente no âmbito das Nações Unidas.

O avanço do processo de “atualização do modelo econômico” cubano, durante o governo do Presidente Raúl Castro, abriu caminho para um novo tipo de relacionamento, informado por sentido mais pragmático e por objetivos estratégicos, com a diversificação

dos projetos de cooperação técnica, incremento substancial do comércio bilateral e participação brasileira em projetos de infraestrutura, com destaque para a ampliação e modernização do Porto de Mariel. Nesse contexto, o Brasil tornou-se paulatinamente um dos principais parceiros externos de Cuba.

Nos governos da Presidenta Dilma Rousseff, houve avanços importantes nas relações bilaterais, com a participação significativa de médicos cubanos no âmbito do Programa Mais Médicos, que se tornou o maior programa de cooperação já executado entre os dois países, e a consolidação da participação brasileira em obras de infraestrutura logística em Cuba, com destaque para a Zona de Desenvolvimento Econômico de Mariel. No plano econômico-comercial, realizaram-se diversas missões empresariais ao país, com presença expressiva de empresas brasileiras, lideradas pela Agência Brasileira de Promoção de Exportações (Apex), na Feira Internacional de Havana (FIHAV), bem como reuniões de mecanismo de cooperação entre Brasil e Cuba para Assuntos Econômicos e Comerciais. O comércio bilateral, beneficiado por linhas de financiamento do BNDES a exportações brasileiras, passou por processo de expansão, atingindo a marca histórica de US\$ 426,8 milhões em 2015, com saldo francamente positivo para o Brasil. No plano da cooperação técnica bilateral, desenvolveram-se projetos nas áreas de agricultura, saúde, governo digital, entre outras, além de se haverem realizado missões de intercâmbio científico e conhecimento tecnológico na área de fármacos e biomedicina.

O período foi marcado por visitas de alto nível e encontros regulares nos níveis técnicos. Em janeiro de 2014, a Presidenta Dilma Rousseff visitou Havana, reuniu-se com o mandatário cubano, compareceu à cerimônia de inauguração do Porto de Mariel e participou, ainda, da II Cúpula dos Países Latinoamericanos e Caribenhos (CELAC), sediada por Cuba. Em julho de 2014, o Presidente Raúl Castro esteve no Brasil, a fim de participar da Reunião Presidencial entre China, Brasil, Quarteto da CELAC, Países da América do Sul e México, em Brasília, e os dois mandatários mantiveram reunião bilateral à margem do evento. Em novembro de 2015, o ministro das Relações Exteriores do Brasil, Mauro Vieira, realizou visita a Cuba.

No período que vai até 2016, as relações entre Brasil e Cuba passaram, assim, por processo de dinamização, com agenda diversificada e substantiva, havendo o Brasil atuado como parceiro ativo de Cuba na promoção do processo de modernização do Estado e na abertura progressiva do país para o investimento e o comércio internacional. Mencione-se, a propósito, a visita ao Brasil, em abril de 2013, de Marino Murillo, um dos Vice-Presidentes do Conselho de Ministros de Cuba, com o objetivo de conhecer as políticas públicas brasileiras e colher subsídios que pudessem servir de referência para a "atualização do modelo econômico" cubano. Ao longo desse ciclo, foram também adensados os laços entre as sociedades brasileira e cubana, reforçando os sentimentos de proximidade e solidariedade entre os dois países, que compartilham importantes semelhanças culturais e étnicas.

A partir de 2016, na esteira do processo de "impeachment" da Presidenta Dilma Rousseff, o governo cubano deixou de conceder "agrément" a embaixador designado pelo Brasil e rebaixou sua representação ao nível de encarregado de negócios. Ainda assim, foram mantidos os canais de diálogo, tendo a última visita bilateral de alto nível ocorrido em janeiro de 2018, durante o governo do Presidente Michel Temer, com a ida do ministro da Saúde do Brasil a Cuba. Em novembro daquele ano, o governo de Cuba tomou a iniciativa de encerrar unilateralmente a participação no Programa Mais Médicos.

No governo do Presidente Jair Bolsonaro, as relações mantiveram-se em compasso de espera, havendo sido a representação diplomática mantida em nível de encarregado de negócios por ambas as partes. A mudança de padrão de voto pelo Brasil, em 2019, no tratamento da resolução da Assembleia Geral das Nações Unidas que condena o embargo a Cuba, quando Brasília votou contra a resolução, ao lado de EUA e Israel, foi recebida por Havana como sinalização de franco afastamento.

Não obstante, durante esse período, foram mantidas relações de amizade e cooperação com Cuba por governos subnacionais, a começar pelos estados do Nordeste brasileiro, por intermédio do Consórcio do Nordeste. Foram também preservados os vínculos entre entidades de classe e associações comerciais, como é o caso da Câmara de Comércio Brasil-Cuba. A embaixada do Brasil em Havana seguiu apoiando as eventuais delegações brasileiras, promovendo atividades de caráter cultural e de promoção comercial, e prestando a assistência consular devida aos cidadãos brasileiros residentes em Cuba ou em visita ao país.

O governo cubano acompanhou com atenção o processo eleitoral brasileiro em 2022, tendo sido o Presidente Miguel Díaz-Canel um dos primeiros Chefes de Estado a telefonar ao Presidente eleito, Luiz Inácio Lula da Silva, para cumprimentá-lo pela vitória. Nas cerimônias de posse presidencial, Cuba esteve representada pelo seu Vice-Presidente Salvador Valdés Mesa. Em 9/1/23, o Presidente cubano telefonou ao Presidente brasileiro para prestar solidariedade, em repúdio aos atos antidemocráticos ocorridos em Brasília no dia anterior.

Em 24/01/23, o Presidente Lula reuniu-se com o Presidente Díaz-Canel, em Buenos Aires, à margem da VII Cúpula da CELAC. Na ocasião, indicaram plena disposição de normalizar as relações bilaterais, inclusive por meio da elevação da representação diplomática ao nível de embaixadores, e comprometeram-se a revitalizar a agenda de cooperação técnica em setores a serem identificados conjuntamente e redinamizar o comércio bilateral.

Grupo Parlamentar de Amizade Brasil-Cuba

Criado inicialmente na Câmara de Deputados, em 1989, o grupo foi instalado no Senado Federal, em 1995, passando a contar com conformação mista. Em 2019, em sua última formação, o Grupo de Amizade Parlamentar contava com a participação de 65 deputados e 12 senadores, representando amplo espectro de forças políticas no Congresso. Além de incentivar e respaldar a cooperação bilateral, o Grupo de Amizade Parlamentar exerceu, ao longo dos anos, importante papel na defesa e promoção dos laços de solidariedade com Cuba, inclusive no que diz respeito à condenação ao bloqueio econômico, comercial e financeiro imposto à ilha pelos Estados Unidos. Em 11/3/23, o Grupo Parlamentar ainda não havia sido reativado no âmbito da 57ª Legislatura (2023-2027).

Programa Mais Médicos

O Programa Mais Médicos desenvolveu-se ao amparo da Lei 12.871/2013, que permitiu a contratação de médicos brasileiros e estrangeiros, inclusive médicos cubanos, com vistas a suprir de atendimento médico o conjunto dos municípios brasileiros. A MP 621, de 08/07/2013, estabeleceu, entre os requisitos para habilitação ao Mais Médicos, o de o país parceiro dispor de mais de 1,8 médicos/1000 habitantes.

Por suas características e qualidades reconhecidas na área de saúde, Cuba afigurou-se como parceiro privilegiado no âmbito do Programa. O país conta com uma das maiores disponibilidades de médicos do mundo – 6,9 médicos/1.000 habitantes –, e detém grande experiência em convênios de provimento profissional, havendo atendido a mais de 60 países. Adicionalmente, Cuba possui reconhecimento internacional em políticas de saúde voltadas para a Atenção Básica e Saúde da Família.

A contratação de médicos cubanos deu-se por intermédio de acordo específico, firmado em 26/4/2013, entre Ministério da Saúde e a Organização Panamericana de Saúde (OPAS). Ao longo da execução do Programa, a contratação de médicos cubanos chegou ao número de mais de 11 mil profissionais, que atuaram em cerca de 3.600 municípios brasileiros e 34 distritos sanitários especiais indígenas, abrangendo todos os estados da Federação. Os médicos cubanos responderam por mais de 60% do total de médicos no Programa, tendo sido alocados em regiões como o semiárido nordestino, periferia de grandes centros urbanos, municípios com Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) baixo ou muito baixo, bem como regiões com população indígena e quilombola.

Em novembro de 2018, o governo cubano formalizou a decisão de descontinuar sua participação no Programa Mais Médicos e, no período de 25/11 a 25/12 realizou operação de retirada dos cerca de oito mil cooperados cubanos que se encontravam no Brasil. Desse total, estima-se que, entre mil e dois mil médicos cubanos tenham optado, por vontade própria, por permanecer no Brasil.

Cooperação Técnica

A cooperação técnica entre Brasil e Cuba tem como marco jurídico o Acordo Básico de Cooperação Técnica, Científica e Tecnológica, firmado em 1997. Entre 1998 e 2011, foram realizadas doze reuniões do Grupo de Trabalho de Cooperação, para avaliação e aprovação de projetos de cooperação técnica bilateral.

Importante característica da cooperação entre os dois países é o caráter de “mão-dupla” de vários projetos, nos quais o Brasil, além de transferir boas práticas e conhecimentos para a formação de recursos humanos em Cuba, beneficia-se das pesquisas realizadas e técnicas desenvolvidas pelas entidades parceiras cubanas.

Em 2011, na XI Reunião do Grupo de Trabalho de Cooperação Técnica Bilateral, foi aprovado conjunto de projetos de cooperação técnica, com ênfase nas áreas de saúde (“Apoio técnico para a implementação de bancos de leite humano”), governo digital (“Modernização tecnológica dos sistemas eletrônicos de gestão dos processos judiciais dos tribunais da República de Cuba”) e agricultura (“Desenvolvimento de capacidades técnicas em controle biológico de pragas agrícolas em Cuba”; e “Assistência Técnica para a Produção de Soja e Milho em Cuba”).

Cabe destacar, em particular, os resultados da cooperação desenvolvida na área de agricultura, com a participação da Embrapa, que trouxe consideráveis ganhos na produção cubana, por meio da utilização de variáveis de sementes de milho e soja de maior produtividade, a transferência de conhecimentos sobre o controle de pragas e a capacitação de técnicos cubanos no cultivo de milho e soja.

Na área de saúde, o intercâmbio de conhecimentos resultou na capacitação de técnicos de ambos os países: (i) na análise da qualidade de vacinas e medicamentos que fazem parte do comércio bilateral regular, tais como aqueles relativos ao combate à febre amarela e à imunização infantil; (ii) no fortalecimento da capacidade de ambos os países no desenvolvimento de pesquisas clínicas sobre o câncer; e (iii) na implantação da rede de bancos de leite humano em Cuba.

As iniciativas de cooperação técnica entre Brasil e Cuba foram suspensas em 2016. Em 2023, porém, decidiu-se prover novo impulso ao programa de cooperação bilateral, com a possibilidade de realização da XII Reunião do Grupo de Trabalho de Cooperação Técnica Bilateral. Para tanto, o governo brasileiro solicitou à parte cubana a indicação de até sete áreas de interesse estratégico para a indicação de futuras iniciativas. Está prevista a ida a Havana, ainda no primeiro semestre de 2023, de missão de prospecção da Agência Brasileira de Cooperação (ABC) para preparação da XII Reunião do GT de Cooperação Técnica.

Cooperação em pesquisa e produção de medicamentos

Cuba possui capacidades reconhecidas internacionalmente na pesquisa e no desenvolvimento de medicamentos. O setor de fármacos do país é considerado de interesse estratégico e é responsável pela produção de cerca de 60% de todos os medicamentos utilizados nacionalmente. Há interesse cubano no adensamento da cooperação com o Brasil no setor, tanto no que diz respeito a aspectos regulatórios quanto na pesquisa, desenvolvimento e comercialização de medicamentos.

No que se refere à dimensão regulatória, encontra-se em vigor Memorando de Entendimento entre a ANVISA e o “Centro para el Control Estatal de Medicamentos, Equipos y Dispositivos Médicos” (CECMED), não havendo, no momento, registro de atividades de cooperação entre os dois órgãos. O CECMED, que conta com mais de 300 funcionários qualificados, deve ampliar proximamente suas competências de monitoramento e certificação, passando a incluir alimentos, cosméticos, produtos de tabaco, água, entre outros.

O complexo empresarial de saúde cubano – Biocubafarma – reúne 45 empresas, com parcerias em diversos países, inclusive África do Sul, Brasil, China e México, e mantém diversas linhas de pesquisa aplicada e desenvolvimento de medicamentos. Por ocasião da pandemia de Covid-19, os pesquisadores cubanos alcançaram o feito notável de desenvolver, de forma autônoma, três vacinas contra a doença (Soberana 2, Soberana Plus e Abdala), as quais foram utilizadas para a ampla imunização da população e adquiridas por diversos países, entre os quais México, Irã e Vietnã. A Biocubafarma recebeu medalha da Organização Mundial de Propriedade Intelectual (“Medal for Inventors”), pelo desenvolvimento de vacinas contra a Covid-19, e foi capaz de produzir 85% dos medicamentos utilizados no combate à Covid-19.

Entre os centros de excelência cubanos de pesquisa em saúde, destacam-se o “Centro de Inmunología Molecular” (CIM) e o “Centro de Ingeniería Genética y Biotecnología” (CICB). O CIM e o CICB desenvolvem diversas atividades de cooperação internacional e são responsáveis pela produção de medicamentos inovadores, como o NeuroEpo, ainda em fase de estudos clínicos, que atua na contenção da evolução de doenças neurodegenerativas, como o Alzheimer e o Parkinson; o Heberprot-P, que auxilia a cicatrização de pessoas diabéticas, evitando amputações; e o complexo JM-20, também para o tratamento de

doenças neurodegenerativas. Há interesse declarado de Cuba em trabalhar para a homologação e futura comercialização de medicamentos inovadores no Brasil.

O CIM possui colaboração com o Instituto Biomanguinhos, para pesquisa e produção de recombinantes protéicos. Há também conversações em curso entre a Prefeitura de Maricá (RJ) e a Biocubafarma, com vistas à colaboração para possível instalação de centro de pesquisa e produção de medicamentos naquele município, com foco em medicamentos e fitoterápicos para o tratamento de câncer, artrite reumatoide, diabetes e vitiligo, entre outros.

Comércio bilateral

Na última década, houve queda expressiva do volume de comércio entre Brasil e Cuba, que passou de mais de US\$ 620 milhões, em 2012, para US\$ 182,5 milhões em 2021.

Os principais fatores que incidiram nessa dinâmica foram: (i) a saída de Cuba do programa Mais Médicos; (ii) a desativação do crédito PROEX, que retirou cerca de US\$ 100 milhões de financiamento por ano para exportação de produtos brasileiros de consumo, afetando particularmente as exportações de carne de frango e farelo de soja, entre outros; e (iii) a pandemia de Covid-19 e a deterioração da situação econômica em Cuba, que fez com que o governo tenha priorizado as importações de alimentos de consumo básico, em detrimento de outros itens das categorias de bens intermediários e bens de capital, que integravam a pauta exportadora brasileira.

Em 2022, o intercâmbio bilateral registrou aumento de 60,3% em relação a 2021, atingindo o valor total de US\$ 292,6 milhões. As exportações brasileiras totalizaram US\$ 289,9 milhões, um acréscimo de 60,9% com relação ao ano anterior. As importações brasileiras de produtos cubanos aumentaram 17,4%, totalizando US\$ 2,7 milhões. O superávit comercial a favor do Brasil foi de US\$ 287,2 milhões.

No último ano, os grupos de produtos com maior participação na composição da pauta exportadora brasileira para Cuba foram: gorduras e óleos vegetais (33%); arroz sem casca ou semielaborado (17%); carnes de aves e suas miudezas comestíveis (13%); milho não moído (5,9%); açúcares e melaços (5,5%); demais produtos da indústria de transformação (4,4%); tubos e perfis ocos e acessórios para tubos de ferro ou aço (4,2%); e café não torrado (2,5%).

Nas exportações brasileiras para Cuba, os aumentos mais significativos, em comparação com o ano anterior, foram registrados nos seguintes grupos de produtos: gorduras e óleos vegetais: +159%; arroz sem casca ou semi-elaborado: +66,9%; açúcares e melaços: US\$ 15,8 milhões (exportações nulas em 2021); milho não moído: +16,8%; carne bovina: +50%; carne de suíno: +7,5%; tubos e perfis ocos e acessórios para tubos de ferro ou aço: +26,5%; café não torrado: +22,4%; papel e cartão: +284%; e calçados: +122%.

O aumento da demanda por óleo de soja brasileiro foi influenciado principalmente pelo conflito na Ucrânia. A Rússia era a maior exportadora de óleo para Cuba e, diante das dificuldades logísticas e das sanções, perdeu espaço para os produtos brasileiros.

O significativo incremento das compras de arroz brasileiro, por sua vez, decorreu da acentuada queda na produção local, que, em 2022, foi de apenas 48,6 mil toneladas, recuo de 61,6% em relação ao ano anterior. Muito embora Cuba não costume importar açúcar, as compras do Brasil ocorreram também devido à limitada produção local, que não conseguiu

garantir os compromissos de exportação nem de consumo interno do ano, uma vez que a safra em 2022 foi de apenas 480,2 mil toneladas, uma das mais baixas da história do país.

No novo contexto geopolítico mundial, o Brasil tem potencial para ocupar espaço privilegiado como fornecedor de alimentos para Cuba, por se tratar de mercado próximo, com grande capacidade exportadora e especial receptividade no mercado cubano. Além disso, a prioridade conferida pelo governo cubano ao setor de agronegócio, como parte dos esforços para fortalecer a segurança alimentar do país, pode também abrir oportunidades a exportadores brasileiros de maquinários e equipamentos agrícolas.

O produto brasileiro tem, de modo geral, imagem positiva no país, tanto entre os consumidores quanto entre agentes especializados. A penetração da cultura brasileira, por meio da música, do futebol e principalmente das telenovelas, contribuiu para reforçar a posição de produtos de origem brasileira no mercado local. Há produtos brasileiros com imagem de qualidade consolidada, como café, arroz, carne de frango, biscoitos e doces, maquinários, móveis, calçados, cosméticos e moda em geral.

O Brasil tem tido participação tradicional, com apoio da Embaixada do Brasil em Havana, nas principais feiras e eventos de promoção comercial no país. A última edição da Feira Internacional de Havana (FIHAV), maior evento do calendário anual de promoção comercial e de investimentos em Cuba, foi realizada presencialmente em novembro de 2022 e contou com a participação de 450 empresas estrangeiras de 60 países. O Brasil esteve presente por meio de 18 empresas, além de ter contado com missão institucional do Consórcio do Nordeste.

Acordo de Preferência Comercial do MERCOSUL com Cuba (ACE-62)

A estrutura de tarifas aduaneiras cubana foi aprovada em 1990 por meio do Decreto-lei nº 124, aprovado pelo Conselho de Estado. O imposto divide-se em duas categorias gerais: Tarifa Geral (aplicada aos países não membros da OMC e aqueles com os quais Cuba não tem acordos comerciais bilaterais) e Tarifa de Nação Mais Favorecida (aplicada aos países membros da OMC e àqueles com os quais Cuba tem acordos comerciais). A maior parte das importações do país realiza-se pelo regime NFM, que abrange uma tarifa mínima de 0% e uma máxima de 5%. A tarifa geral pode chegar até 10% no máximo.

O Acordo de Preferência Comercial do MERCOSUL com Cuba (ACE-62) foi assinado na Reunião de Córdoba no Conselho do Mercado Comum, em 21/07/2006, e está em vigor desde julho de 2007. Trata-se de acordo de preferências fixas, que multilateralizou as preferências negociadas em acordos bilaterais entre os Estados Partes do MERCOSUL e Cuba (no caso do Brasil, o acordo anterior era o ACE-43).

O ACE-62 inclui cerca de 3.000 produtos e estabelece concessões de Cuba ao MERCOSUL (cerca de 2.400 itens) e do MERCOSUL a Cuba (cerca de 1.200 itens). Os cronogramas de desgravação foram concluídos em 2011. Grande parte da pauta comercial de Cuba e do MERCOSUL está coberta pela desgravação. Alguns produtos permaneceram com preferências de 33% a 90%. No aspecto normativo, o ACE-62 inclui anexos sobre regras de origem, salvaguardas, solução de controvérsias, normas e regulamentos técnicos e medidas sanitárias e fitossanitárias.

	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022
--	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------

Exportações	555,1	528,0	507,7	513,5	321,4	346,3	342,2	266,8	209,3	180,1	289,9
Importações	95,6	96,6	61,0	50,6	55,0	19,7	33,7	8,5	3,0	2,3	2,6
Balança	650,7	624,6	568,8	564,2	376,4	366,0	376,0	275,3	212,3	182,5	292,5
Saldo	459,4	431,4	446,6	462,8	266,3	326,5	308,5	258,3	206,2	177,8	287,2

Comércio Brasil-Cuba 2012-2022 (US\$ milhões, FOB)

Fonte: Comex Stat, MDIC

Investimentos

Atualmente, estão presentes em Cuba onze empresas brasileiras nos setores de produção de cigarros (Brascuba S.A., *joint-venture* com participação da Souza Cruz), bebidas (Bucanero S.A., *joint-venture* com participação da Ambev), alimentos (Bello Alimentos), comercialização varejista e atacadista de materiais de construção (TDT Matcom), agência de viagens (Sanchat Tour), logística (FIDAS Enterprises) e *tradings* multisectoriais (Suplextrade; FM Coempar; Eletroflex; ABK; Sphere).

A presença econômica do Brasil em Cuba é bastante inferior à de países como Espanha, França, Países Baixos ou Canadá, havendo claro potencial inexplorado por capitais brasileiros, sobretudo à luz das evoluções internas que se processam no país.

Além das inovações regulatórias referidas mais acima, as prioridades da política de Cuba com relação a IED têm sido ampliadas, passando a incluir negócios de pequeno porte, com menores riscos e aprovação mais expedita, bem como investimentos estrangeiros em projetos de desenvolvimento local nos territórios. Outra mudança recente importante é a eliminação da exigência da participação acionária maioritária cubana nos setores de turismo, farmacêutico, biotecnológico e comércio. Há, ainda, prioridade alta na atração de IED em comércio atacadista e varejista.

Ademais, resta por explorar o pleno potencial da Zona de Desenvolvimento Especial de Mariel, principal iniciativa cubana para captação de investimentos estrangeiros nos setores industriais e de alta tecnologia.

Zona Especial de Desenvolvimento de Mariel - ZEDM

A Zona Especial de Desenvolvimento de Mariel foi criada em 2013, com a finalidade de atrair investimentos estrangeiros, abrigar projetos industriais e de alta tecnologia, promover a substituição de importações e servir de *hub* logístico. Localizada a cerca de 45 minutos de Havana, a ZEDM ocupa uma área total de 465 km², contando com um porto de mar de águas profundas e um terminal para cerca de um milhão de contêineres. O Porto de Mariel foi projetado para operar com navios Neo Panamax e sua localização, no centro do Caribe, lhe confere possibilidades privilegiadas como centro logístico e na organização das cadeias de transporte globais.

A ZEDM conta com regime especial de incentivos de natureza administrativa, alfandegária, tributária e monetária, que assegura às empresas com capital 100% estrangeiro o direito de livre transferência ao exterior de lucros e dividendos.

A modernização do Porto de Mariel, executada pela empreiteira brasileira Odebrecht, com financiamento do BNDES, tornou-se iniciativa emblemática do relacionamento entre

Brasil e Cuba. O primeiro terminal de contêineres foi inaugurado em 2014, com a presença da então Presidenta da República, Dilma Rousseff.

Segundo informações oficiais cubanas, desde então, mais de 63 empresas, incluindo 11 multinacionais, oriundas de 22 países, instalaram-se e passaram a operar na ZEDM, totalizando investimentos da ordem dos US\$ 3 bilhões e mobilizando 15 mil empregos diretos e indiretos. Os setores considerados prioritários por Cuba para investimentos estrangeiros na ZEDM são os de alimentos, energia e biotecnologia, sem prejuízo de outros setores de interesse. Do total de negócios instalados em Mariel, 32 são empresas de capital totalmente estrangeiro (Espanha, Reino Unido, Itália, China, entre outros), 12 são empresas estatais e os restantes são majoritariamente *joint-ventures*.

O único empreendimento de capital brasileiro instalado na ZEDM, até o momento, é a Brascuba S.A., *joint-venture* brasileiro-cubana instalada no país há 27 anos, fruto de associação entre a estatal cubana Tabacuba e a companhia brasileira Souza Cruz, que detém 63% do mercado cubano de cigarros. Ainda que a fábrica da Brascuba seja o principal empreendimento individual da ZEDM, com um aporte inicial de US\$ 116 milhões, há claro potencial não explorado pelo setor privado brasileiro em Mariel, bem como possibilidades não realizadas de colaboração com portos e zonas francas brasileiras.

Dívida de Cuba em atraso

A exposição brasileira total a Cuba, incluindo pagamento de juros futuros, é de cerca de US\$ 1,08 bilhão. Cuba está em default desde 2016, e o governo brasileiro tem total interesse no equacionamento da dívida cubana.

Em 31/01/2023, o montante em atraso com o Brasil era da ordem dos US\$ 490,6 milhões. Já o saldo devedor, referente a parcelas vincendas até 2038, é de cerca de US\$ 590,5 milhões. Os montantes são sujeitos a atualização e não incluem valores devidos por mora e juros contratuais.

Projetos contratados

Exportador	Operação	Descrição do projeto	Valor da operação (US\$)
COMPANHIA DE OBRAS E INFRA-ESTRUTURA	1876749	EXPORTAÇÃO DE BENS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA DESTINADOS A 1ª ETAPA DAS OBRAS DE AMPLIAÇÃO E MODERNIZAÇÃO DO PORTO MARIEL E DE SUA INFRAESTRUTURA DE ACESSO	43.435.000
COMPANHIA DE OBRAS E INFRA-ESTRUTURA	2356082	EXPORTAÇÃO DE BENS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA DESTINADOS A 2ª ETAPA DAS OBRAS DE AMPLIAÇÃO E MODERNIZAÇÃO DO PORTO MARIEL E DE SUA INFRAESTRUTURA DE ACESSO	108.715.000
COMPANHIA DE OBRAS E INFRA-ESTRUTURA	3191044	EXPORTAÇÃO DE BENS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA DESTINADOS A 3ª ETAPA DAS OBRAS DE AMPLIAÇÃO E MODERNIZAÇÃO DO PORTO MARIEL E DE SUA INFRAESTRUTURA DE ACESSO	150.000.000
COMPANHIA DE OBRAS E INFRA-ESTRUTURA	4157857	EXPORTAÇÃO DE BENS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA DESTINADOS A 4ª ETAPA DAS OBRAS DE AMPLIAÇÃO E MODERNIZAÇÃO DO PORTO MARIEL E DE SUA INFRAESTRUTURA DE ACESSO	150.000.000
COMPANHIA DE OBRAS E INFRA-ESTRUTURA	5122622	EXPORTAÇÃO DE BENS E SERVIÇOS DESTINADOS A 5ª ETAPA DAS OBRAS DE AMPLIAÇÃO E MODERNIZAÇÃO DO PORTO MARIEL E DE SUA INFRAESTRUTURA DE ACESSO	229.910.550
TPRO ENGENHARIA S.A./ PHARMASTER DO BRASIL CONSULTORIA LTDA.	2013405	EXPORTAÇÃO DE BENS E SERVIÇOS PARA CONSTRUÇÃO DE UMA PLANTA PARA A PRODUÇÃO DE SOLUÇÕES PARENTERAIS DE GRANDE VOLUME (SPGV) E SOLUÇÕES PARA HEMODIÁLISE (SCH) NA REPÚBLICA DE CUBA.	14.875.841

Fonte: BNDES, 2023

CRONOLOGIA DAS RELAÇÕES BILATERAIS

1906	Estabelecimento das relações diplomáticas com Cuba
1906	Abertura da Legação do Brasil em Havana, cumulativa com a América Central
1959	Revolução cubana, em 1º de janeiro
1959	Brasil reconhece o governo revolucionário cubano, em janeiro de 1959
1959	Visita de Fidel Castro ao Brasil (Rio de Janeiro), em maio
1960	Visita de Fidel Castro ao Brasil (Brasília), em maio
1962	Brasil vota contra a expulsão do governo de Cuba da OEA
1964	Brasil rompe relações diplomáticas com Cuba
1985	Iniciam-se contatos informais
1986	Restabelecimento das relações diplomáticas, em 14 de junho
1987	Visita do Chanceler Abreu Sodré a Cuba

1989	Presidente Fidel Castro visita o Brasil
1988	Criação do Grupo Parlamentar de Amizade Brasil-Cuba
1990	Brasil passa a se abster nas votações sobre direitos humanos em Cuba
1998	Visita do Presidente Fidel Castro ao Brasil (setembro)
1999	Visita do Presidente Fidel Castro ao Brasil (junho-julho)
1999	Visita do Presidente Fernando Henrique Cardoso a Cuba (setembro)
2002	Criação do Mecanismo de Consultas Políticas Brasil-Cuba
2003	Visita do Presidente Lula a Cuba
2008	Visita do Presidente Lula a Cuba
2008	Visitas do Chanceler Celso Amorim a Cuba (maio e setembro)
2008	Visita do Presidente Raúl Castro ao Brasil e participação na Cúpula da América Latina e do Caribe, na Costa do Sauípe, Bahia
2010	Visita do Chanceler Celso Amorim a Cuba
2012	Visita da Presidenta Dilma Rousseff a Cuba
2013	Voo inaugural Havana-São Paulo pela Cubana de Aviación, em 10 de julho
2014	Visita da Presidenta Dilma Rousseff a Cuba e participação na II Cúpula da CELAC, em Havana
2015	Visita do Chanceler Mauro Vieira a Cuba
2016	Rebaixamento da representação diplomática ao nível de encarregados de negócios
2018	Encerramento da participação de Cuba no Programa Mais Médicos
2023	Visita do Vice-Presidente de Cuba, Valdez Mesa, ao Brasil, para participar da cerimônia de posse do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva
2023	Reunião entre os Presidentes Lula e Diaz-Canel, à margem da VII Reunião de Cúpula da CELAC, em 24 de janeiro em Buenos Aires

ACORDOS BILATERAIS

Título do Acordo	Celebração
Acordo sobre Serviços Aéreos entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Cuba	31/01/2012
Protocolo Complementar ao Memorando de Entendimento entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Cuba na Área da Saúde	24/02/2010
Memorando de Entendimento entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Cuba para Colaboração no Setor das Tecnologias da Informação e das Comunicações	24/02/2010
Comunicado Conjunto sobre Cooperação Técnica para a Produção de Soja	15/01/2008

Protocolo de Intenções na Área de Educação, Saúde e Trabalho com Vistas ao Reconhecimento Recíproco de Diplomas de Graduação e de Pós-Graduação "Stricto Sensu" na Área da Saúde	26/09/2003
Memorando de Entendimento para Cooperação Técnica em Matéria de Saúde Animal e Sanidade Vegetal	26/09/2003
Memorando de Entendimento para a Troca de Experiência em Saúde Bucal	26/09/2003
Memorando de Entendimento na Área de Saúde entre a República Federativa do Brasil e a República de Cuba	26/09/2003
Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Cuba em Matéria de Turismo	26/09/2003
Acordo-Marco entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Cuba	26/09/2003
Acordo de Isenção de Vistos para Portadores de Passaportes Diplomáticos entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Cuba	24/09/2002
Acordo de Cooperação Judicial em Matéria Penal entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Cuba	24/09/2002
Aditivo ao Memorando de Entendimento entre a República Federativa do Brasil e a República de Cuba em 04 de Março de 1994	12/10/2001
Memorando de Entendimento entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Cuba na Área de Transferência de Tecnologia na Produção de Medicamentos	04/12/2000
Protocolo de Intenções sobre Cooperação Técnica na Área de Saúde da Família entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Cuba	19/10/1999
Acordo sobre Serviços Aéreos entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Cuba	27/05/1998
Declaração Conjunta dos Ministros das Relações Exteriores do Brasil e de Cuba	27/05/1998
Acordo de Cooperação para Redução da Demanda Prevenção do Uso Indevido e Combate à Produção e ao Tráfico Ilícito de Entorpecentes e Substâncias Psicotrópicas entre o Governo da República Federativa do Brasil e a República de Cuba.	29/08/1994
Memorando de Entendimento entre a República Federativa do Brasil e a República de Cuba sobre a Questão da Dívida.	04/03/1994
Ajuste Complementar entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Cuba ao Acordo de Cooperação Cultural e Educacional	16/09/1993
Convênio Comercial entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Cuba	16/10/1989
Acordo de Cooperação Cultural e Educacional entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Cuba	29/04/1988
Acordo de Cooperação Científica, Técnica e Tecnológica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Cuba.	18/03/1987

Acordo, por Troca de Notas, para Celebrar Encontros Periódicos entre Funcionários Diplomáticos para consideração de Temas de Conjuntura Internacional entre a República Federativa do Brasil e a República de Cuba.	18/03/1987
Memorando para a Criação de uma Comissão "Ad Hoc" para Revisão dos Instrumentos Legais Vigentes entre a República Federativa do Brasil e a República de Cuba.	18/03/1987
Memorando de Entendimento entre a República Federativa do Brasil e a República de Cuba.	23/01/1987
Restabelecimento de Relações Diplomáticas entre a República Federativa do Brasil e a República de Cuba.	14/06/1986